

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Diretoria de Administração – Gerência de Compras e Contratos
Coordenadoria de Licitações (CCLI)

EDITAL Nº 08/CCLI/SEDE/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção corretiva em Dependências (DNB's) da NAV Brasil, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** 06/03/2026 às 08:59 h.
- **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 06/03/2026 às 09:00 h.
- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** Eventuais pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para abertura da sessão pública, com indicação do número da licitação, para o e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
- **VALOR DO EDITAL PARA RETIRADA NA NAV BRASIL:** R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** SIGILOSO (art. 34 da Lei nº 13.303/2016).
- **AGENDAMENTO DE VISTORIA:** Através dos contatos Aline Morrudo (21) 2174-7231, Victor Monteiro (21) 2174-7198, Thiago de Mattos (21) 2174-7125, ou por meio de mensagens eletrônicas para o e-mail dsmi.ac@navbrasil.gov.br.
- **A NAV Brasil utilizará o portal de Compras do Governo Federal** - www.gov.br/compras - (COMPRASGOV) para realização desta licitação.
- A participação neste procedimento licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao Licitante, inclusive sócios, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela NAV Brasil, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela NAV Brasil dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

SUMÁRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

PREÂMBULO

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA.	6
2. DO OBJETO.....	6
3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL	9
4. DO REGISTRO DE PREÇOS	9
5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	9
6. DO CREDENCIAMENTO	9
7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	10
8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	12
9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	14

SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ...	16
11. DA FASE DE JULGAMENTO	20
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO	24
13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.....	33
14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	35
15. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	36
16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	36
17. DOS RECURSOS	37
18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	38
19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	38
20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO	38
21. DO TERMO DE CONTRATO.....	38
22. DO REAJUSTE	40

23. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	40
24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.....	40
25. DA SUBCONTRATAÇÃO.....	40
26. DA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP.....	41
27. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	41
28. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	41
29. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO.....	41
30. DO PAGAMENTO	41
31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	42
32. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	42
33. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	42
34. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO.....	43
35. DA MATRIZ DE RISCO.....	43
36. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)	43
37. POLÍTICA DE INTEGRIDADE	43
38. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	43

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026**

Torna-se público que a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Av. General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, representada pelo seu PREGOEIRO, designado pelo Ato Administrativo Nº SD-AAA-2026/00005 de 07 de janeiro de 2026, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SD-ADM-2025/00676, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, composto por **04 GRUPOS (REGIÃO SUDESTE)**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO**, sob a forma de execução indireta, no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015; da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022, sob as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC, disponível no sítio eletrônico <https://www.navbrasil.gov.br/institucional/base-juridica> e exigidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

O encaminhamento da proposta de preços terá início com a divulgação do Aviso de Edital no sítio www.gov.br/compras, até as 08:59 horas do dia 06/03/2026, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo os documentos necessários à habilitação encaminhados para análise do Pregoeiro, no prazo estabelecido neste Edital, após solicitação pelo sistema eletrônico.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília/DF.

O presente edital foi aprovado, nos termos do art. 6º, inciso II, c/c art. 35, § 8º, ambos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil (Ato Normativo SEDE nº 9, de 12 de maio de 2023), pelo seu Setor Jurídico, por meio do Parecer nº SD-PJU-2025/00089, inserto no Processo Administrativo nº SD-ADM-2025/00676.

Data da sessão: 06/03/2026

Horário: 09:00 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Código UASG: 928680

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO**1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA**

- 1.1. Modalidade de licitação: **PREGÃO**;
- 1.2. Forma de Execução da Licitação: A licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA**, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação;
- 1.3. Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**;
- 1.4. Regime de Execução: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**;
- 1.5. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO**;
- 1.6. Modo de disputa: **ABERTO**; e
- 1.7. Forma de entrega: **PARCELADA**.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de engenharia para execução de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção corretiva em Dependências (DNB's) da NAV Brasil, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).

2.2. Os serviços serão executados conforme demanda, observando-se o “ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO”, que indica o escopo composto por serviços e quantidades divididos em itens licitados em **04 GRUPOS**, correspondentes às Dependências da NAV Brasil nos **Estados do Espírito Santo/ES, Minas Gerais/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP**, todos na **região Sudeste**, conforme tabelas abaixo:

GRUPO (GR)	CATSER	ESTADO (UF)	DESCRIÇÃO	ITENS	DEPENDÊNCIAS (DNB'S)
1	22225	Espírito Santo (ES)	Serviços comuns de engenharia para manter e revitalizar edificações.	Itens 01 ao 100 (Anexo I do Termo de Referência - Especificação Técnica do Projeto)	Vitória/ES (DNVT) (Anexo XII do Termo de Referência – Tabela de endereço dos grupos)

GRUPO (GR)	CATSER	ESTADO (UF)	DESCRIÇÃO	ITENS	DEPENDÊNCIAS (DNB'S)
2	22225	Minas Gerais (MG)	Serviços comuns de engenharia para manter e revitalizar edificações.	<p>Itens 101 ao 257</p> <p>(Anexo I do Termo de Referência - Especificação Técnica do Projeto)</p>	<p>Belo Horizonte/MG (DNBH) (Pampulha)</p> <p>Montes Claros/MG (DNMK)</p> <p>Uberlândia/MG (DNUL)</p> <p>Uberaba/MG (DNUR)</p> <p>(Anexo XII do Termo de Referência – Tabela de endereço dos grupos)</p>

GRUPO (GR)	CATSER	ESTADO (UF)	DESCRIÇÃO	ITENS	DEPENDÊNCIAS (DNB'S)
3	22225	Rio de Janeiro (RJ)	Serviços comuns de engenharia para manter e revitalizar edificações.	<p>Itens 258 ao 537</p> <p>(Anexo I do Termo de Referência - Especificação Técnica do Projeto)</p>	<p>Campos dos Goytacazes/RJ (DNCP)</p> <p>Galeão – Rio de Janeiro/RJ (DNGL)</p> <p>Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ (DNJR)</p> <p>Macaé/RJ (DNME)</p> <p>Santos Dumont – Rio de Janeiro/RJ (DNRJ)</p> <p>Administração Central – Rio de Janeiro/RJ (SEDE)</p> <p>(Anexo XII do Termo de Referência – Tabela de endereço dos grupos)</p>

GRUPO (GR)	CATSER	ESTADO (UF)	DESCRIÇÃO	ITENS	DEPENDÊNCIAS (DNB'S)
4	22225	São Paulo (SP)	Serviços comuns de engenharia para manter e revitalizar edificações.	<p>Itens 538 ao 676</p> <p>(Anexo I do Termo de Referência - Especificação Técnica do Projeto)</p>	<p>Bauru/SP (DNBU)</p> <p>Presidente Prudente/SP (DNDN)</p> <p>Guarulhos – São Paulo/SP (DNCR)</p> <p>Campinas/SP (DNKP)</p> <p>Ribeirão Preto/SP (DNRP)</p> <p>(Anexo XII do Termo de Referência – Tabela de endereço dos grupos)</p>

2.3. Caberá ao licitante observar que os serviços poderão ser prestados em quaisquer das Dependências (DNB's) da NAV Brasil que integram o respectivo grupo (GR).

2.4. Não haverá obrigatoriedade de contratação ou mesmo de consumo dos itens registrados.

2.5. O objeto licitado envolve prestação de **serviços comuns de engenharia**, executados de forma indireta e de caráter não continuado, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra e com fornecimento de todos os materiais e insumos necessários para a realização dos serviços.

2.6. O critério de julgamento adotado para a escolha da proposta mais vantajosa será o **menor preço global por grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2.6.1. Os valores unitários dos itens deverão estar abaixo dos cotados pela NAV Brasil.

2.7. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, respeitadas as quantidades estabelecidas a cada Ordem de Serviço.

2.8. A proposta deverá ser formulada e apresentada para o grupo (GR) em que deseja participar, nos termos do “ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA”, constante neste Edital.

2.9. Havendo divergência entre o cadastro no Sistema e o Edital, prevalecerá o Edital e seus anexos.

3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

3.1. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados:

3.1.1. De forma eletrônica e sem ônus, nos sites de licitações da NAV Brasil, no endereço: www.navbrasil.gov.br/licitacoes;

3.1.2. Impresso, no Protocolo da NAV Brasil, localizada na Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, mediante o preenchimento e assinatura do Protocolo de Entrega (ver Anexo III).

3.2. A empresa interessada deverá credenciar representante para retirar o Edital.

3.3. Após a entrega do Edital, a área financeira da NAV Brasil emitirá boleto bancário, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), que será encaminhado ao endereço eletrônico informado pela empresa no Protocolo de Entrega.

3.4. A ausência do pagamento do boleto no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

3.5. Eventuais solicitações de cópias de documentos relativos a este processo licitatório observarão os procedimentos constantes do subitem 3.1.2.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. As regras referentes à empresa gerenciadora e aos participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na minuta da Ata de Registro de Preços.

4.2. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), podendo ser prorrogada por igual período, por interesse das partes, desde que comprovado o preço vantajoso.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios, consignados no Programa de Dispendios Globais (PDG) da NAV Brasil, conforme declaração de disponibilidade orçamentária presente no correspondente Processo Administrativo.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O credenciamento do licitante dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, site www.gov.br/compras.

- 6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 6.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da empresa promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 7.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 7.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 7.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 7.3. **Não** poderão participar desta licitação os interessados:

7.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.3.2. Entidades declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., conforme disposto no art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016;

7.3.3. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

7.3.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.3.5. Que se enquadrem nas vedações previstas nos arts. 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016;

7.3.6. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

7.3.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme disposto no Termo de Referência;

7.3.8. Pessoas que estejam reunidas sob a forma de cooperativa, conforme disposto no Termo de Referência; e

7.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

7.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da empresa contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.5. O impedimento de que trata o item 7.3.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.6. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

7.6.1. Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

7.6.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito da empresa contratante.

7.6.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau

(Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813/2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203/2010).

7.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança nesta empresa contratante.

7.8. Como condição para participação na licitação, no cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.8.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

7.8.2. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.8.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.8.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.8.5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

7.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e nos anexos deste Edital e no próprio instrumento convocatório.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedará** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.3. O licitante deverá expressamente declarar que a proposta foi elaborada de forma independente e está em conformidade com as exigências editalícias.

8.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, as

informações previstas nos subitens do item 7.8.

8.5. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

8.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

8.5.2. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 8.3, 8.4 e 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação, no RILC da NAV Brasil e neste Edital.

8.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.11. O orçamento de referência desta contratação tem caráter sigiloso, conforme estabelecido no art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

8.11.1. O orçamento de referência será disponibilizado após encerramento da fase de lances, observado o interesse da Administração.

8.12. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

8.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado da contratação possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para a promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.16. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, pela Administração ou de sua desconexão. O licitante também estará sujeito a eventuais sanções decorrentes de sua conduta desidiosa.

8.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante concorrerá com a proposta referente ao **valor global do grupo (GR)**, individualmente considerado, devendo-se observar a totalidade de itens que o compõem e seus respectivos valores unitários.

9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos, **para os valores unitários e global**, estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.2.1. Desvios nos preços unitários dos itens apresentados em proposta (seja por superar os valores de referência, seja por indicar a possibilidade de inexequibilidade) também podem inviabilizar a aceitação da proposta apresentada.

9.3. A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

9.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

9.4.1. **Valor unitário** de cada item inserido no(s) respectivo(s) grupo(s); e

9.4.2. **Valor global** do respectivo grupo.

9.5. O licitante deverá descrever o objeto em conformidade com as especificações constantes do “ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO” do Termo de Referência, que também contém todas as informações técnicas necessárias para o dimensionamento da proposta.

9.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

9.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, conforme apêndices deste Edital e em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

9.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como, por exemplo, os valores providos com o quantitativo de vale transporte e alimentação, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, em observância ao art. 32 da Lei nº 13.303/2016.

9.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, conforme preconizado pelos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.303/2016.

9.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha e/ou proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.11. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

9.11.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

9.11.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

9.12. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

9.13. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

9.14. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.15. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da sessão

9.16. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.17. Havendo qualquer discrepância entre o(s) item(ns) cadastrado(s) no sistema de compras governamentais e o Edital, deverá sempre prevalecer o Edital e o seu Termo de Referência.

SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação,

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

10.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo, individualmente considerado, observada a totalidade de itens que o compõem e seus respectivos valores unitários.

10.8. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertada e registrado pelo sistema.

10.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.12. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

10.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

10.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

10.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

10.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

10.18.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.18.2. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.18.3. Caso a microempresas ou a empresa de pequeno porte (ME/EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes ME/EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, caso seja o modo de disputa adotado.

10.20. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, deverão ser utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

10.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, conforme critério objetivo de avaliação instituído no cadastro da NAV Brasil;

10.20.3. Critérios estabelecidos no art. 55 da Lei nº 13.303/2016, ou em legislação específica para cada tipo de objeto a ser contratado;

10.20.4. Sorteio.

10.21. As regras de desempate previstas no caput deste artigo não prejudicam a aplicação do disposto no § 1º do art. 44 e no art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.22. Nos procedimentos licitatórios realizados na forma eletrônica, em que haja apresentação de propostas de valores idênticos ou lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (caso seja o modo de disputa adotado), deve prevalecer o valor que for recebido e registrado primeiro.

10.23. Sendo a hipótese, o sorteio será realizado em ato público, mediante prévia comunicação formal do dia, hora e local, conforme definido no respectivo instrumento convocatório.

10.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

10.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

10.24.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

10.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.25. Será promovida a verificação da efetividade da melhor proposta em conformidade com o disposto no art. 56, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

10.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à capacitação econômica e financeira;

a) também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.1.4. Lista de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.1.5. Certidão conjunta emitida pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>), conforme as leis nº 13.303/2016 e nº 12.846/2013.

11.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das entidades de menor porte, conforme prevê o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

11.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));

11.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));

11.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

11.5.1. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/MPP), sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, em relação ao preço unitário e global máximos estipulados para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº

73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. Contiver vícios insanáveis;

11.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores globais forem inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

11.8.1. média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado; **ou**

11.8.2. valor do orçamento estimado.

11.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.10. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará a caracterização do sobrepreço, que se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital.

11.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016.

11.11.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos

custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante mais bem classificado será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, **devendo detalhar os custos unitários**, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.13.2. As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação.

11.14. As planilhas que compõem o escopo da contratação deverão ser enviadas em arquivo específico tipo “xls”, compatível com Excel.

11.15. Erros no preenchimento da proposta e/ou planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

11.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e/ou exequibilidade da proposta, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.17. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por

meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.17.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.19. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade.

11.20. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, considerando os termos do artigo 58 da Lei 13.303/2016.

12.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

12.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto em lei.

12.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

12.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de

que cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes no momento de entrega das propostas.

12.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

12.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*)

12.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

12.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante mais bem classificado.

12.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

12.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de

certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

12.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.14. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item anterior, poderá ser admitida - desde que assegurada a isonomia do certame (princípio da isonomia) e mediante decisão fundamentada do Pregoeiro - a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, para:

12.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

12.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.17. Antes de findo o prazo para envio de documentações de habilitação, o licitante poderá solicitar de forma fundamentada a sua prorrogação, que poderá ser deferida pelo Pregoeiro.

12.18. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.19. Ressalvado o disposto no item 12.1.1., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste

Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.20. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.20.2. No caso de empresário individual, deverá apresentar o ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado da respectiva sede;

12.20.3. Sendo microempreendedor individual – MEI, apresentação de Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução GSIM nº 48/2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.20.4. No caso de sociedade empresária, incluindo, a Sociedade Limitada Unipessoal - SLU (antiga Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI), deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo, qual seja: estatuto social, acompanhado da ata da assembleia que o aprovou, devidamente publicada, conforme §1º do art. 135 da Lei nº 6.404/1976 ou contrato social devidamente registrados na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e/ou diretores;

12.20.5. A sociedade empresária estrangeira em funcionamento no Brasil, deverá apresentar o respectivo Decreto de autorização, em observância ao art. 1.134 e parágrafo único do art. 1.135, ambos da Lei nº 10.406/2002 e art. 1º da Instrução Normativa DREI nº 77/2020;

12.20.6. No caso de Sociedade Simples, apresentação do ato constitutivo, devidamente registrado e arquivado, na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

12.20.7. Em substituição aos atos constitutivos acima citados, caso a pessoa jurídica tenha registrado alteração contratual, deverá apresentar a última alteração, com a respectiva consolidação, devidamente registrada e arquivada, na Junta Comercial da respectiva sede ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede;

12.20.8. Quando a licitante for sucursal, filial ou agência, deverá apresentar o Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, devidamente averbado, conforme art. 969 e art. 1000 da Lei nº 10.406/2002.

NOTA: Os documentos acima deverão estar em vigor na data da apresentação para o certame.

12.21. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- b) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal; e
- d) Certificado de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

12.21.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP) não será exigida como condição para participação na licitação.

12.21.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, desde que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.21.3. Para a empresa com enquadramento na categoria de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), a comprovação de regularidade fiscal será realizada, observando os seguintes procedimentos:

- a) Caso não esteja inscrita no SICAF ou com cadastro/documentação vencida, deverá ser apresentada toda documentação de regularidade fiscal e trabalhista exigida, após declarada vencedora da etapa de lances, mesmo que a documentação apresente alguma restrição;
- b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá no momento que a proponente for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- c) O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.
- d) A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas nos anexos deste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- e) Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.21.4. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.21.5. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.21.6. As empresas estrangeiras deverão comprovar a regularidade fiscal no país de origem.

12.22. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.22.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

12.22.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

NOTA: salvo para os licitantes estrangeiros que não funcionem no país, o Balanço Patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou devidamente extraído do SPED – Sistema Público de Escrituração Contábil. Em se tratando de Sociedade Simples constituída nos termos dos artigos 997 e 998 do Código Civil, tais documentos deverão estar registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

12.22.3. O licitante deverá apresentar os índices de Liquidez e Endividamento, de modo que a comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

NOTA: As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

12.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.23.1. Pertinente à **Qualificação Técnico-Operacional**, o licitante deve apresentar Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região à qual estiver vinculada, com a devida validade e regularidade.

12.23.2. Pertinente à **Qualificação Técnico-Operacional**, o licitante deve apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante. Tais atestados deverão comprovar a execução de serviços de engenharia similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos serviços considerados de maior relevância econômica dos respectivos grupos pretendidos.

- a) A maior relevância econômica é definida pelos itens da Curva A de serviços, conforme detalhado no “Anexo II – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA”;
- b) Em virtude da quantidade de itens relacionados a este processo e de sua similaridade e complementaridade inerentes, entende-se pela não eleição de itens de maior relevância técnica específica. Desta forma, exige-se a comprovação de 50% (cinquenta por cento) da quantidade prevista de ao menos um dos itens que constem na Curva A de serviço.
- c) O atestado poderá ser substituído pela respectiva Certidão de Acervo Operacional (CAO), regularmente emitida pelo conselho profissional competente em nome do licitante, conforme a Resolução CONFEA nº 1.137/2023;
- d) Admite-se a somatória de atestados para a composição das quantidades requeridas;
- e) Não será permitida a soma de quantidades correspondentes a itens de naturezas distintas (ou seja, de diferentes códigos/descrições de serviço, exceto se houver similaridade ou equivalência técnica expressamente admitida);
- f) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- g) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto no caso de contratos firmados para serem executados em prazo inferior.

12.23.3. Para fins de **Qualificação Técnico-Profissional**, o licitante deverá apresentar Profissional Responsável Técnico (RT) com nível superior em Engenharia Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA e/ou CAU), e que possua(m) o seguinte acervo técnico: **(i)** o(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) ser detentor(es) de Certidão de Acerto Técnico (CAT) que comprove a experiência em

gerenciamento e/ou execução de serviços de características semelhantes ou equivalentes aos itens indicados no “ANEXO II DO TR – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA”; **(ii)** serão aceitas Certidões de Acervo Técnico (CAT) que, somadas, atinjam o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de ao menos um dos itens indicados no referido Anexo, aceitando-se para este fim quaisquer itens que constem na Curva A de serviço; **(iii)** a experiência comprovada deverá ser referente a serviços de manutenção predial e/ou obras de reforma predial que contenham, no todo ou em partes, os itens listados no “ANEXO II DO TR – ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA”.

- a) O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução dos serviços objeto do contrato, sendo admitida sua substituição somente por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, mediante prévia e expressa aprovação da Administração;
- b) A indicação do(s) profissional(is) deverá ser acompanhada da declaração do “ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPROMETIMENTO” do Termo de Referência, devidamente preenchido e assinado;
- c) Para fins de comprovação, os profissionais indicados como responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão possuir condições de desempenhar seus trabalhos de forma efetiva no momento da execução contratual, o que será atestado na data da entrega da proposta mediante: **(i)** sócio ou administrador que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; **(ii)** empregado que comprove o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); **(iii)** o prestador de serviços com contrato de prestação de serviços escrito firmado com o licitante; ou **(iv)** por declaração de compromisso de vinculação contratual futura;

NOTA: A exigência de indicação do(s) profissional(is) no momento da proposta não se confunde com a comprovação do vínculo contratual definitivo (CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços), cuja apresentação será exigida somente após a assinatura do respectivo contrato.

12.23.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar **atestado de vistoria** assinado pelo responsável, conforme modelo no “ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES LOCAIS” do Termo de Referência.

12.23.4.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração horário de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, a ser agendado previamente através dos contatos: Aline Morrudo (21) 2174-7231, Victor Monteiro (21) 2174-7198, Thiago de Mattos (21) 2174-7125, ou por meio de mensagens eletrônicas para e-mail dsmi.ac@navbrasil.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes;

12.23.4.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do ato convocatório/edital, estendendo-se até dois dias úteis anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

12.23.4.3. Para a vistoria, a licitante e/ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

12.23.4.4. Apesar de recomendável, caso o opte por não realizar vistoria, o atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a quaisquer naturezas do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante;

12.23.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12.23.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, podendo apresentar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, excetuados aqueles que, em razão de sua natureza, estejam protegidos por sigilo.

12.23.6. O pregoeiro poderá solicitar da licitante todas as informações e/ou documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

12.24. Além dos critérios acima estabelecidos, **após a fase de lances**, o licitante mais bem classificado em cada um dos grupos **obrigatoriamente deverá** encaminhar junto com o “ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA” (constante no Edital) o “ANEXO XI – PLANILHAS DE ORÇAMENTO PARA PREENCHIMENTO DAS LICITANTES” do Termo de Referência, com a comprovação dos valores unitários que compõem a proposta do grupo (GR) no qual apresentou o melhor lance.

12.24.1. Para a aceitação da proposta é imprescindível o envio do “ANEXO XI – PLANILHAS DE ORÇAMENTO PARA PREENCHIMENTO DAS LICITANTES” do Termo de Referência, que também deve ser apresentado em formato .xls (Excel – em arquivo editável).

12.25. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

12.25.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.26. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

12.26.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.27. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas nos anexos deste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.28. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.29. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.30. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo de 02 (duas) horas.

12.31. Sempre que houver necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão administrativamente, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade.

12.32. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação.

12.33. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.34. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final da empresa licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.1.3. Ser encaminhada junto com o “ANEXO XI – PLANILHAS DE ORÇAMENTO PARA PREENCHIMENTO DAS LICITANTES” do Termo de Referência, com a discriminação dos valores unitários para cada item que compõe o grupo (GR) e de suas respectivas quantidades, além do valor global da proposta para o grupo (GR) em que concorreu.

13.2. Com o objetivo de auxiliar o licitante quando do preenchimento da proposta final, a NAV Brasil disponibilizará o “ANEXO XI – PLANILHAS DE ORÇAMENTO PARA PREENCHIMENTO DAS LICITANTES” do Termo de Referência em modelo editável na extensão “.xls”.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5. Não será aceita proposta que apresentar preço unitário de quaisquer dos itens que compõem os grupos em quantia superior ao cotado pela NAV Brasil na fase de planejamento.

13.6. Os preços unitários máximos que a NAV Brasil admite pagar para a execução do objeto desta licitação são os definidos em seu orçamento de referência, sob pena de desclassificação da proposta.

13.7. Não será aceita proposta com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos.

13.8. Havendo indícios de que os preços ofertados são incompatíveis com os preços de mercado, será oportunizado à licitante a comprovação da exequibilidade dos preços propostos.

13.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou ainda se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a Proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma Proposta ou lance que atenda este Edital.

13.9.1. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.

13.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.12. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3. A ata de registro de preços será assinada:

- a) Por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços; ou
- b) Presencialmente, na sede da NAV Brasil, à Av. General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, sendo facultado à Administração encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no *site* de licitações da NAV Brasil, no endereço: www.navbrasil.gov.br/licitacoes e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, **mas não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.7. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. **Não** será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

16.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 5º, I do RILC da NAV Brasil.

17.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

17.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo previsto no item 17.2. deste Edital será aberto após a habilitação e após o encerramento da verificação de efetividade dos lances ou propostas, abrangendo também atos decorrentes do julgamento, de modo que o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, tendo a recorrente, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.6. Findo o prazo de contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manter ou reconsiderar sua decisão.

17.7. Caso a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida mantenha a sua

decisão, o recurso será encaminhado para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

18.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou quando for anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

18.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

18.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat* de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.

19.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. As regras acerca da garantia da execução são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do correspondente do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

21. DO TERMO DE CONTRATO

21.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

21.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Serviço/Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

21.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a empresa para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

21.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

21.3. A assinatura do Termo de Contrato ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

21.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

21.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 13.303/2016 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

21.4. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 30(trinta) meses contados a partir de suas assinaturas, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, mediante condições previstas no Termo de Contrato.

21.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da empresa, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, e nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

21.5.1. A existência de registro no CADIN, quando da consulta prévia, constitui fator impeditivo para a celebração do contrato, nos termos do art. 6º, inciso III c/c artigo 6º-A, ambos da Lei nº 10.522/2002.

21.5.2. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, antes da contratação.

21.5.3. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

21.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

21.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação,

analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

22. DO REAJUSTE

22.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Termo de Contrato, anexos a este Edital.

23. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

23.1. A administração dos serviços será gerenciada por engenheiro da empresa CONTRATADA, devidamente cadastrado no CREA-RJ, que conduzirá diretamente a execução dos serviços, assessorado por um encarregado geral e por outros elementos que se fizerem necessários.

23.2. A CONTRATADA deverá providenciar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do serviço junto ao CREA-RJ.

23.3. Todos os demais critérios de aceitação, execução do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

24.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Não será admitida a subcontratação do objeto quantos aos itens de maior relevância apresentados para cada grupo (GR) no “ANEXO II – ITENS MAIOR RELEVÂNCIA ECONÔMICA” do Termo de Referência.

25.1.1. Dentre os serviços considerados no escopo não há destaques técnicos relevantes, de modo que a prerrogativa de vedação a subcontratação se aplica aos itens de maior relevância econômica, composições de curva A, com a finalidade de garantir a melhor responsabilização técnica vinculada aos fornecedores, mitigar reincidências fiscais e permitir o melhor gerenciamento da execução dos serviços.

25.2. Para os demais itens será admitida a subcontratação limitada em até 30% do valor total de cada Ordem de Serviço.

25.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso

cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

26. DA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

26.1. É admitida a participação de microempresa e empresa de pequeno porte, nas condições estabelecidas no item 25 do Termo de Referência, anexo a este Edital

27. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

27.1. É **vedada** a participação de consórcios, conforme estabelecido no item 27 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

28. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

28.1. **Não** é admitida a participação de cooperativas, nas condições estabelecidas no item 26 do Termo de Referência, anexo a este Edital

29. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

29.1. O “ANEXO IV – MODELO DE BMS E TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL” do Termo de Referência apresenta o modelo de documentação necessária a ser preenchida pela CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO para cumprir os requisitos necessários a liberação, autorização, faturamento e consequente pagamento.

29.2. Em conjunto com o TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL deverá ser emitido o “ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO E RESULTADOS (IMR)” do Termo de Referência, para medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, com a aplicação de critérios de avaliação da qualidade de adimplemento no período, cuja alíquota de desconto, caso ocorra, já deverá ser aplicada ao valor da medição apresentado a CONTRATADA.

29.2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão mensalmente avaliados pela Fiscalização, por meio do instrumento previsto no Anexo III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR), deste Instrumento, quando pactuados os contratos decorrentes e emitidas as respectivas Ordens de Serviço

29.3. Todas as demais regras acerca dos critérios de aferição e medição para faturamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

30. DO PAGAMENTO

30.1. O pagamento da 1ª medição ficará condicionado à apresentação pela CONTRATADA da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do serviço junto ao CREA/RJ.

30.2. As demais regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do correspondente Termo de Contrato, anexos a este Edital.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do correspondente Termo de Contrato, anexos a este Edital.

32. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

32.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o dia 3º (terceiro) dia útil anterior à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, **no corpo do texto do e-mail ou documento anexo, no formato PDF.**

32.2. O pedido de esclarecimento deverá ser enviado, pelo e-mail licitacoes@navbrasil.gov.br.

32.3. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

32.4. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

32.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema, bem como no Portal de Licitações da NAV Brasil (<https://licitacoes.navbrasil.gov.br>), e vincularão os participantes e a Administração.

33. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

33.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme previsto no artigo 47 do RILC.

33.1.1. A impugnação deverá, como requisito para sua admissibilidade, ser formal, **datada e assinada pelo responsável pela impugnação**, e conter a apresentação das razões e indicação do(s) item(s) a ser(em) impugnado(s), bem como o fundamento legal para a impugnação apresentada.

33.2. A impugnação poderá ser encaminhada por forma eletrônica, para o e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br, **no formato PDF** ou protocolada no endereço da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., dirigida ao Pregoeiro.

33.3. A impugnação não suspende os prazos previstos no certame.

33.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

33.4. A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

33.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

34. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

34.1. Respeitados os itens que integram cada um dos grupos (e suas respectivas quantidades), os serviços poderão ser executados em todas as Dependências da NAV Brasil que integram o respectivo grupo (GR), observados os endereços que constam no “ANEXO XII DO TR – Tabela de endereço dos grupos”.

34.1.1. A NAV Brasil poderá solicitar item de serviço em quaisquer Dependências (DNB's) correspondentes a cada grupo (GR).

34.2. O prazo de execução dos objetos contratados será definido a cada Ordem de Serviço, sendo limitados à vigência contratual.

34.3. As demais regras relativas ao prazo e ao local de entrega/execução do objeto são as constantes no Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

35. DA MATRIZ DE RISCO

35.1. A identificação, análise, avaliação e tratamento dos principais riscos estão contemplados no “ANEXO X – MATRIZ DE RISCO” do Termo de Referência.

36. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)

36.1. O licitante deverá cumprir o previsto na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, conforme estabelecido na Minuta do Termo de Contrato, anexa a este Edital.

37. POLÍTICA DE INTEGRIDADE

37.1. As regras acerca da Política de Integridade deverão ser observadas pela CONTRATADA, conforme previsto na Minuta do Termo de Contrato, anexa a este Edital.

38. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

38.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

38.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização

do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

38.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

38.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

38.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

38.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

38.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

38.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

38.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

38.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

38.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico - www.gov.br/compras ou www.navbrasil.gov.br/licitacoes, e poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130, nos dias úteis, no horário das 08:30 h às 12:00 h e 13:00 h às 16:30h.

38.12. Eventuais erratas neste Processo Licitatório serão publicadas no Portal de Licitações na NAV Brasil e no Portal de Compras do Governo Federal (ComprasGov).

38.13. O início da execução contratual fica condicionado à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, sendo tal publicação considerada condição de eficácia dos seus efeitos.

38.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 38.14.1. ANEXO I – Modelo de Declarações Exigíveis para a Licitação;
- 38.14.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- 38.14.3. ANEXO III – Modelo de Protocolo de Entrega;
- 38.14.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;
- 38.14.5. ANEXO V - Modelo de Ordem de Serviço (OS);
- 38.14.6. ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 38.14.7. ANEXO VII – Modelo de Minuta de Cadastro de Reserva;
- 38.14.8. ANEXO VIII – Minuta de Termo de Contrato;
- 38.14.9. ANEXO IX – Termo de Referência (TR).
- a) ANEXO I DO TR – Especificação Técnica do Projeto;
 - b) ANEXO II DO TR – Itens de maior relevância econômica;
 - c) ANEXO III DO TR – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
 - d) ANEXO IV DO TR – Modelo de BMS e Termo de Recebimento Parcial;
 - e) ANEXO V DO TR – Declaração de ciência das informações e condições locais;
 - f) ANEXO VI DO TR – Declaração de conhecimento e comprometimento;
 - g) ANEXO VII DO TR – Declaração de atendimento aos requisitos da LGPD;
 - h) ANEXO VIII DO TR – Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil;
 - i) ANEXO IX DO TR – Termo de Confidencialidade e Sigilo;
 - j) ANEXO X DO TR – Matriz de Risco;
 - k) ANEXO XI DO TR – Planilhas de orçamento para preenchimento das licitantes;
 - l) ANEXO XII DO TR – Tabela de endereço dos grupos.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2026.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

ANEXO I***PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE*****MODELO DE DECLARAÇÕES EXIGÍVEIS PARA A LICITAÇÃO**

À

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.

Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130

Ref.: Pregão Eletrônico nº **XX /202X**

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[NÚMERO]**, estabelecida na **[ENDEREÇO DO LICITANTE]**, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr.(a) **[NOME COMPLETO]**, CPF nº **[NÚMERO]** e CI nº **[NÚMERO]**, emitida pelo **[ÓRGÃO EMISSOR]**, declara que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
2. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6. Em atenção à vedação prevista no artigo 7º do Decreto no 7.203, de 04 de junho de 2010, não haverá prestação de serviço, na execução do contrato, de cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Ministério da Economia.
7. Está ciente que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
8. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr.(a) _____, Carteira de Identidade nº _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____, CPF n. _____, E-mail _____, fone n. (____) _____.

Atenciosamente,

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE/CNPJ

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II**PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

À NAV BRASIL – SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S/A

Avenida General Justo, nº 160 – Centro, CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NÚMERO]/202X

Prezados Senhores,

_____[identificação completa do representante do Licitante]_____, como representante devidamente constituído de _____[identificação completa do Licitante]_____ (doravante denominado Licitante), para fins do Edital do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da NAV Brasil antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

ANEXO III**MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA****Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/202X****Data de Abertura da Licitação: DD/MM/AAAA**

Objeto: CONTRATAÇÃO _____.

EMPRESA:	
ENDEREÇO:	
E-MAIL: (Obrigatório)	

CNPJ:	
REPRESENTANTE:	
IDENTIDADE:	DATA: ____/____/20__
CPF:	TEL.:

Recebi da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. toda a documentação referente ao Edital e seus Anexos relativos à contratação em tela.

Estou ciente que o valor de R\$ 50,00 deverá ser pago por intermédio de boleto bancário que será encaminhado nos próximos dias pela NAV Brasil ao endereço eletrônico: _____ e, ainda, que a ausência do pagamento no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTENAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

ANEXO IV**MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

Timbre da empresa

À
NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Av. General Justo, nº 160 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20021-130

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº /202X

Apresentamos ao Senhor(a) a proposta que faz a empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, sediada na cidade de _____,
telefone (____) _____, e-mail: _____,
para a execução e entrega dos serviços abaixo relacionados,
conforme critérios e premissas estabelecidas no Processo Licitatório nº _____.

GRUPO (GR)	DESCRIÇÃO	ITENS	VALOR GLOBAL
GR XX – ESTADO (UF)	Serviços comuns de engenharia para manter e revitalizar edificações.	Itens XX a YY (Anexo XI do Termo de Referência)	R\$

Valor da proposta: R\$ _____ (em valores numéricos e por extenso).

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

Dados bancários:

Banco: _____; Agência: _____; Conta: _____;

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

Segue junto à proposta o “ANEXO XI – PLANILHAS DE ORÇAMENTO PARA PREENCHIMENTO DAS LICITANTES” do Termo de Referência, com os valores unitários de cada item que compõe o grupo (GR).

Declaramos ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Declaramos, ainda, que a presente Proposta de Preços considera todas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, fardamentos/uniformes, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e taxas, que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços

Por fim, comprometemo-nos a fornecer o serviço acima cotado, submetendo-nos às condições expressas no Edital e anexos do Pregão Eletrônico referenciado nesta Proposta de Preços.

Local, XX de (mês) de 202x.

Carimbo e assinatura do representante da licitante

ANEXO V**ORDEM DE SERVIÇO (MODELO)**

CONTRATADA: XXXXXXXX

ORDEM DE SERVIÇO Nº XX/202X

Comunicamos que a empresa supracitada está autorizada a iniciar os serviços do objeto do TERMO DE CONTRATO Nº XXXXXX, assinado em XX de XX de 202X, conforme estabelecido a seguir:

1– OBJETO CONTRATADO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

XXXXX

2– DEPENDÊNCIA/LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

XXXXXXXX

3– PRAZO DE VIGÊNCIA:

XXXXX

4– PREÇO TOTAL DO CONTRATO

R\$ XXXXX (XXXX reais).

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal, contendo o detalhamento dos serviços executados, conforme dispõe o subitem 11.3.3. do Termo de Referência, anexo ao presente Edital.

5.2 - A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento parcial ou definitivo do serviço, conforme dispõe o subitem 11.3.4. do Termo de Referência, anexo ao presente Edital.

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

- 5.3 – Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, conforme estabelecido no subitem 11.3.9. do Termo de Referência.
- 5.4 - Para Ordens de Serviço exequíveis em menos de 45 dias será realizado pagamento único após a conclusão dos serviços, nos termos do subitem 12.2. do Termo de Referência.
- 5.5 - Para os demais serviços serão realizados processos de medição mensais considerando a execução parcial dos serviços, consoante subitem 12.3. do Termo de Referência.
- 5.6 - Os períodos de medição terão início sempre no dia primeiro de cada mês, ou na data de emissão da Ordem de Serviço (OS), relativo ao primeiro mês de execução, conforme previsto no item 12.4. do Termo de Referência.

Rio de Janeiro, XX de XXXX de 202X.

Assinatura do Responsável pela emissão da Ordem de Serviço

ANEXO VI**MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)**

Processo Administrativo de Licitação nº SD-ADM-2025/00676

Processo Administrativo de Contratação nº XXXXXXXXXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XX/202X

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X

VALIDADE: 12 (doze) meses a contar da data de publicação no DOU.

Aos XX (extenso) dias do mês de (extenso) de 202X, a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., Empresa Pública Federal com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ nº 42.736.102/0001-10, situada na Av. General Justo, nº 160, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-130, representada por seu Presidente, [...], e a empresa [...], neste ato representada pela sua representante legal, o(a) Sr(a). [...], vencedora do GRUPO XX, nos termos do Edital, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil; e do regime de contratação previsto pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, no que couber; do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, face a classificação da proposta apresentada na Licitação acima identificada para REGISTRO DE PREÇOS, homologada em [...], resolve REGISTRAR OS PREÇOS da licitante classificada em primeiro lugar, nas condições do Edital e seus anexos e das cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de [...], conforme condições, exigências e estimativas especificadas(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital do Pregão Eletrônico nº XXXXX/202X, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade de cada tópico, licitante e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
Avenida General Justo, nº 160 - Centro
CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

Licitante (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante))				
GRUPO (GR)	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O GRUPO (vide Anexo I do Termo de Referência)	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
GR XX – ESTADO (UF)	XX	XX	XX
	XX	XX	XX
	XX	XX	XX
	XX	XX	XX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. EMPRESA GERENCIADORA

3.1. A empresa gerenciadora será a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, CNPJ nº 42.736.102/0001-10.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.
- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação a disponibilidade de créditos orçamentários.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela empresa interessada por intermédio de instrumento contratual, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme legislação vigente.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observada a legislação vigente.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2. “b” somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal de Licitações da NAV Brasil (<https://licitacoes.navbrasil.gov.br>) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório e legislação vigente.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital ou presencialmente e será disponibilizada no Portal de Licitações da NAV Brasil (<https://licitacoes.navbrasil.gov.br>).

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 “a”, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da legislação;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da lei.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a empresa gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a empresa gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a gerenciadora comunicará aos setores e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto na legislação.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela empresa gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas no edital e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a empresa gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a empresa gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. A empresa gerenciadora comunicará aos órgãos, setores e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto na legislação aplicável.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 8.1.3. Sofrer sanção prevista no inciso 83, III do *caput* do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 8.1.3.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso 83, III do *caput* do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a empresa gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da empresa gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a empresa gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo setor participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O setor, órgãos e/ou entidade participante deverão comunicar à empresa gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a empresa.

10.3. Além da ata de realização da sessão pública do pregão, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, nos termos do art. 15, XII, "a" do Decreto nº 11.462/2023.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, *data vide assinatura eletrônica*.

Pela NAV Brasil:

Pelo Fornecedor:

ANEXO VII
(MODELO DE CADASTRO DE RESERVA – ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário (INDICAR TODOS OS LICITANTES QUE ACEITAREM A COTAÇÃO):

Licitante (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)				
GRUPO (GR)	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O GRUPO (vide Anexo I do Termo de Referência)	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
GR XX – ESTADO (UF)	XX	XX	XX
	XX	XX	XX
	XX	XX	XX

Rio de Janeiro, *data vide assinatura eletrônica*.

Pela NAV Brasil:

Pelo Licitante:

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.
 Avenida General Justo, nº 160 - Centro
 CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro/RJ

ANEXO VIII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

(Anexo apartado)

ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

(Anexo apartado)